

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS DOCENTES,  
FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR

**Nise Jinkings**

Adjunto I

**Silvia Auras**

Colégio de Aplicação

Junho de 2005

## **SUMÁRIO**

I. Apresentação e Objetivos	3-5
II. Fundamentos Teóricos e Problemática	6-26
III. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa	27-28
IV. Cronograma das Atividades	29
V. Bibliografia	30-33

## **I. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS**

O lugar da Sociologia no sistema educacional do Brasil e as possibilidades educativas do professor da disciplina têm sido objeto de debates e reflexões há mais de um século no país. Entretanto, apesar de sua constituição como disciplina científica e da institucionalização de suas atividades de ensino e pesquisa desde a década de 1930, a Sociologia mantém presença intermitente no campo escolar, oscilando conforme as condições sócio-culturais e políticas vigentes nos diferentes períodos históricos da sociedade brasileira.

Na atualidade, especialmente após a promulgação da última Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em 1996 (Lei nº 9394/96), ocorreu uma retomada das discussões sobre a obrigatoriedade do ensino da Sociologia nas escolas de nível médio. Em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III ela estabelece que o estudante, ao finalizar o Ensino Médio, demonstre “domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”.. O inciso foi assim interpretado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998 (Parecer CNE/CEB nº 15/98), regulamentadas pela Resolução 03/98 do Conselho Nacional de Educação: “as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, referindo-se a conhecimentos de história, geografia, sociologia, filosofia, antropologia, direito, política, economia e psicologia, o governo federal estabelece que “tais indicações não visam propor à escola que explicita denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplina”. Portanto, segundo os PCNs, os conteúdos destas ciências poderão ser organizados, a critério da escola, em disciplinas específicas ou em projetos e atividades que se orientem pela interdisciplinaridade. Buscando superar a situação de ambigüidade que

caracteriza o texto da LDB de 1996 e das diretrizes curriculares de 1998, no tratamento da questão, um projeto de lei (PL nº 09/00) aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado alterava o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 9.394/96 e afirmava a obrigatoriedade da Sociologia, juntamente com a Filosofia, na grade curricular das escolas públicas. O projeto foi vetado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Apesar do veto, em alguns Estados brasileiros – inclusive Santa Catarina – a Sociologia e a Filosofia incorporaram-se aos seus sistemas de ensino como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio.

Desde a década de 1990, o debate em torno da consolidação da Sociologia no campo escolar tem resultado no surgimento de novos materiais didáticos voltados para o ensino da disciplina nas escolas e em uma maior valorização da formação do professor nas universidades. Ao mesmo tempo, o tema “ensino de Sociologia” vem sendo objeto de trabalhos apresentados e discutidos em congressos nacionais de Sociologia, abordando os dilemas relativos ao ensino da disciplina e às experiências dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais em diversas universidades brasileiras.

Buscando contribuir para as reflexões sobre a presença disciplinar da Sociologia e considerando sua inclusão como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Médio em Santa Catarina, desde 1998, esta pesquisa objetiva traçar um diagnóstico da situação concreta na qual se realiza o ensino da disciplina nas escolas de nível médio da Grande Florianópolis. Serão investigados aspectos como: o regime de trabalho e a formação do professor; a carga horária da disciplina; os conteúdos programáticos; os materiais e recursos didáticos utilizados; o perfil sócio-econômico dos alunos e seu comportamento em relação à disciplina.

Como a finalidade do estudo é contribuir para a reflexão sobre as funções das ciências sociais – e em particular da Sociologia – nas

escolas, o processo de investigação e interpretação da realidade social em análise contemplará um estudo do meio social e cultural no qual estão inseridos os educandos, o professor e a escola, buscando relacionar as condições do ensino de Sociologia nessas escolas com a posição do Ensino Médio no sistema educacional brasileiro e o contexto social e intelectual mais amplo que lhe dá suporte.

## **II. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PROBLEMÁTICA**

### **1. Dilemas e desafios da Sociologia na atualidade**

No século que se inicia a Sociologia defronta-se com novas potencialidades e desafios, advindos das transformações intensas e complexas do seu objeto. Diante de rápidas mudanças que atingem todas as esferas da vida social e repercutem nas formas de pensar e agir, nos sistemas de poder, nas condições de vida e trabalho, nas maneiras de organização espacial e do tempo, a Sociologia encontra-se desafiada a repensar e a recriar (mas também a reafirmar) conceitos, formulações e modos de interpretação da realidade social.

São muitos os cientistas sociais que buscam apreender a natureza e o significado das mudanças em curso. Múltiplas interpretações dos movimentos que constituem a sociedade capitalista contemporânea fazem florescer distintas perspectivas e teorias, que se empenham na sua explicação e compreensão. Conceitos e expressões como “globalização”, “neoliberalismo”, “contra-revolução liberal-conservadora”, “mundialização financeira”, “aldeia global”, “modernidade-mundo”, “mundo virtual”, “reestruturação produtiva”, “qualidade total”, aparecem nos estudos e debates sobre as novas configurações do capitalismo e os processos compreendidos nas formas de sociabilidade engendradas. Aspectos como a intensa mobilidade e concentração do capital, os processos de liberalização econômica e de desregulamentação financeira, a mudança veloz das condições técnicas e sociais da produção, a nova divisão internacional do trabalho e a formação de blocos geoeconômicos e geopolíticos, o desenvolvimento vertiginoso da comunicação eletrônica e a constituição de uma cultura de massa em âmbito mundial são retratados nas análises e formulações sobre os sentidos e a dinâmica destes movimentos.

Vista em sua historicidade, a nova realidade social ilumina processos que se vinham desenvolvendo mais intensamente desde o último quartel do século passado, quando o mundo “resvalou para a instabilidade e a crise”, nas palavras de Eric Hobsbawm<sup>1</sup>. Com efeito, desde meados da década de 1970 uma longa depressão econômica tem caracterizado a conjuntura mundial, fazendo ressurgir contradições inerentes ao capitalismo, em grande medida submersas nos chamados “anos dourados”, posteriores à Segunda Guerra. Diversos pensadores interpretam esse novo momento da história social, econômica e política mundial como expressão de uma crise capitalista profunda e de um movimento de reorganização do capital, na tentativa de superação deste quadro crítico.<sup>2</sup>

Ao refletir sobre os novos desafios teóricos e metodológicos que os atuais movimentos da sociedade capitalista mundial impõem à Sociologia, Octavio Ianni assinala que o novo ciclo de globalização do capitalismo, que torna a sociedade civil mundial o principal palco da história e das tensões das forças sociais, engendra uma realidade social que exige novas reflexões, conceitos, interpretações e se constitui no novo emblema da Sociologia, abrindo-lhe potencialidades e horizontes.<sup>3</sup>

O autor relembra os principais emblemas que inspiram e polarizam a análise sociológica nos dias de hoje: *sociedade nacional*, sob o qual nasce a Sociologia no século XIX, fruto das revoluções industriais,

1 HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, trad. M. Santarrita; revisão técnica M. C. Paoli. 2ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

2 Ver MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*. London: Merlin Press, 1995 (edição brasileira: *Para Além do Capital*, Ed. da Unicamp/Boitempo, 2002); CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*, trad. S. Foá, São Paulo: Xamã, 1996; TEIXEIRA, F. “Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?”, in: F. Teixeira e M. Oliveira (orgs.), *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996; BRENNER, R. “A Crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?”. *Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, nº 3, São Paulo: Xamã, 1999; ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª. ed., São Paulo: Boitempo, 2000.

3 IANNI, O., “Sociologia do futuro”. *Primeira Versão*, nº 100, Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 40.

político-sociais e culturais que abalaram o mundo moderno ocidental; o *indivíduo*, que adquire proeminência na passagem do século XIX para o século XX, quando a Sociologia volta-se para o ator social, a identidade e o cidadão; *asociedade global*, como totalidade complexa e realidade social nova que desafia o ensino e a pesquisa desde o final do século passado, envolvendo configurações e dinâmica próprios, com importantes implicações metodológicas, empíricas e epistemológicas para as ciências sociais.<sup>4</sup>

Disciplina científica da modernidade, a Sociologia surge e se desenvolve no contexto das fermentações intelectuais e crises sociais produzidas nas modernas sociedades de classes. Florestan Fernandes, ao tratar da herança intelectual da Sociologia, ressalta sua vinculação com as condições histórico-sociais de existência, assinalando que foram exigências e necessidades das situações concretas de existência social que levaram à constituição da Sociologia como explicação científica do mundo social.<sup>5</sup>

Buscando responder à pergunta sobre que fatores tornaram a Sociologia uma necessidade, em determinado momento histórico, Peter Berger observa que ela pode se constituir quando ruíram as estruturas normativas do cristianismo e, mais tarde, a fachada política secular do Estado absolutista, que dominavam o pensamento e a vida cotidiana do homem europeu e se convertiam em espécies de fachadas a ocultar as estruturas sociais e suas contradições. É neste sentido, nos diz Berger, que a perspectiva sociológica pode ser compreendida como um processo de “ver além das fachadas das estruturas sociais”, de “furar a cortina de fumaça das versões oficiais da realidade”, portanto,

---

4 IANNI, O., “A sociologia numa época de globalismo”, in: L. Ferreira (org.), *A sociologia no horizonte do século XXI*, São Paulo: Boitempo, 1997.

5 FERNANDES, F., “A herança intelectual da sociologia”, in: M. Foracchi e J. S. Martins, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*, 21ª. ed., Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2000. Ver também BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (orgs.), *História da análise sociológica*, trad. W. Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.



essencialmente crítico e desmistificador.<sup>6</sup>

Mas a análise sociológica, ao mesmo tempo em que contribui para uma compreensão sistemática, totalizante e rigorosa da realidade social, incorpora-se aos movimentos desta realidade e participa de sua constituição. Como assinala Ianni,

a Sociologia pode ser vista como uma forma de autoconsciência da realidade social. Essa realidade pode ser local, nacional, regional ou mundial, micro ou macro, mas cabe sempre a possibilidade de que ela possa pensar-se criticamente, com base nos recursos metodológicos e epistemológicos que constituem a Sociologia como disciplina científica. [...] Ocorre que a Sociologia pode tanto decantar a tessitura e a dinâmica da realidade social como participar da constituição dessa tessitura e dinâmica. Na medida em que o conhecimento sociológico se produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tensionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social.<sup>7</sup>

Forma de autoconsciência e de indagação científica da realidade social, a Sociologia transforma-se continuamente à medida que se modifica e se complexifica seu objeto, repensando teorias, conceitos e recursos metodológicos, sem perder a dimensão histórica dos fenômenos sociais. Tendo como objeto a vida em sociedade nos seus movimentos e em transformação constante, o pensamento sociológico guarda relação complexa com as condições de existência social e com os desafios e necessidades práticos dos seres humanos, em diferentes momentos de sua história. Ao mesmo tempo, pelas suas conceituações e reflexões, desvenda contradições, singularidades e universalidades constitutivas da realidade social, que implicam possibilidades de crítica e de transformação desta mesma realidade.

---

6 BERGER, P., *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*, trad. D. Garschagen, Petrópolis: Vozes, 1972, pp. 35-64.

7 IANNI, O., op. cit, 1997, p. 25.

Essas são algumas particularidades da Sociologia, como ciência social, que transparecem nas suas controvérsias teóricas e metodológicas e envolvem suas atividades de pesquisa e de ensino. Na atualidade, em face de um projeto de sociabilidade que ata a vida social e política aos movimentos do mercado e busca se afirmar como irreversível, os desafios com que se depara a Sociologia são os de iluminar a natureza e o significado da dinâmica, das contradições e das relações sociais que emergem nesta nova realidade. Neste sentido, a Sociologia pode contribuir para pensar, na sua historicidade, o mundo social resultante do modo como o capital se reproduz em nossos dias.

## **2. A Sociologia no Ensino Médio**

“Somente quem vê algo sociologicamente quer algo socialmente”. Com esta frase, Florestan Fernandes sintetiza o que ele considera uma das funções do ensino de Ciências Sociais nas escolas e universidades, na sociedade contemporânea: a capacitação dos jovens estudantes para uma participação consciente na vida social e política. Isto na medida que as ciências sociais permitem desobstruir o horizonte intelectual e libertá-lo das concepções tradicionais e religiosas do mundo, assim como dos “efeitos sedativos da propaganda”, que manipula a opinião pública para determinados fins e se “infiltra em nossa mente de fora para dentro”. Nesta perspectiva, as ciências sociais potencializam uma compreensão ampla do mundo social e a formação do “novo tipo de homem” que a sociedade atual exige.<sup>8</sup>

Segundo ele, alguns dos entraves históricos ao desenvolvimento e à consolidação das ciências sociais foram as explicações ou justificações da cosmologia popular a respeito de situações da vida social e a crença, generalizada, de ser o conhecimento do senso comum suficiente para a compreensão e a explicação dos fenômenos sociais. Da mesma forma,

---

<sup>8</sup> FERNANDES, F., “Funções das ciências sociais no mundo moderno”, in: L. Pereira e M. Foracchi, *Educação e sociedade*, 9ª. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978, pp. 22-8.

as concepções religiosas e suas interpretações relativas ao homem e à vida em sociedade entraram muitas vezes em choque com as explicações e o tratamento racional conferido pelas ciências sociais, opondo-se aberta e hostilmente a sua legitimação no campo científico. O autor refere-se também à potencialidade obstrutiva das ações de classes ou grupos sociais dominantes, que consideram inconveniente ou temerária a análise racional das relações sociais e dos valores que justificam ideologicamente seu poder, tidos como naturais e inquestionáveis.

Tais obstáculos ao desenvolvimento das ciências sociais, e da Sociologia em particular, remetem às suas próprias singularidades, enquanto investigação científica potencialmente crítica e desmistificadora da vida em sociedade. Como nos ensina a história da Sociologia, nem todas as situações sociais e políticas favorecem a reflexão, o ensino e a pesquisa sociológicas. Em regimes totalitários, diz Berger, a “verdadeira Sociologia desaparece imediatamente”.<sup>9</sup>

Quando se analisa a trajetória de institucionalização da Sociologia e sua constituição como disciplina científica e acadêmica no Brasil, é notável sua vinculação com as condições sociais, culturais e políticas vigentes. Especialmente no que diz respeito ao ensino de Sociologia nos cursos de nível médio, a luta pela incorporação da disciplina como obrigatória nos currículos das escolas se dá em momentos de intensa mudança em todas as dimensões da vida social e de tentativas de construção de um processo democrático no país. Por outro lado, ela se distancia das escolas nos períodos marcados por regimes autoritários e ditatoriais, como o Estado Novo e o regime militar imposto pelo golpe de 1964.

A Sociologia ingressa na comunidade científica e no sistema educacional brasileiro por um percurso diferenciado daquele seguido nos

---

9 BERGER, P., op. cit., p. 59.

demais países da América Latina, onde ela se firma por meio da sua presença nos cursos de direito. No Brasil, com a expectativa de contribuir para o desmonte das idéias que davam sustentação à ordem patrimonialista e escravocrata, a Sociologia chega nos cursos voltados à preparação de educadores do ensino básico, no final do século XIX. Em seguida, como observa Luiz A. Pinto, a disciplina seria incorporada aos currículos escolares do nível médio e no ensino militar, “como efeito dos ardores positivistas dos oficiais que derrubaram a Monarquia”. O autor lembra que, pela atuação de Benjamin Constant, Ministro da Guerra e depois da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, a disciplina integra-se aos currículos do Ginásio Nacional e da Escola de Formação dos Oficiais e do Exército.<sup>10</sup>

Aqui, como na França de Émile Durkheim, “arquiteto e herói fundador” do campo científico da Sociologia e da sua institucionalização no sistema universitário francês, conforme Renato Ortiz<sup>11</sup>, a ciência social consolida-se como disciplina científica e adquire autonomia epistemológica a partir de sua aplicação na educação. No momento, emergia no país uma nova ordem social, econômica e política, com importantes desdobramentos na cultura e no meio intelectual. Com efeito, as condições propícias ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil verificam-se com a desagregação do regime escravocrata e senhorial e a transição para um regime de classes, quando concepções secularizadas da existência social, explicações racionais da atividade política, econômica e administrativa e a exploração sistemática de recursos técnicos e científicos questionam valores vinculados à ordem escravocrata e patrimonialista. Neste sentido, o significado da desagregação do regime escravocrata e senhorial para o surgimento e a formação da Sociologia no Brasil é semelhante ao da revolução

---

10 CUNHA, L. A., “Educação e sociedade no Brasil”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n° 11, 1981.

11 ORTIZ, R., “Durkheim: arquiteto e herói fundador”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 11, vol. 4, outubro de 1989.

burguesa para o seu desenvolvimento na Europa.

Diversos estudiosos dos condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil referem-se à década de 1930 como o momento no qual se inicia o seu processo de institucionalização. A Sociologia, ao lado da antropologia e da ciência política, passa a ser reconhecida como conhecimento especializado, ocupando, enfim, um lugar institucional. Como ressalta Simone Meucci, até meados da década anterior a Sociologia tivera presença inexpressiva nos cursos de nível médio. Nos meios intelectuais, cursos livres ocasionais e a publicação de ensaios sobre a vida social brasileira marcaram os momentos iniciais da trajetória da Sociologia como disciplina científica no Brasil.<sup>12</sup>

Com efeito, é nos anos 1930 que um conjunto amplo de transformações sociais implica um rompimento mais efetivo com as condições de sociabilidade estabelecidas, radicalizando um movimento de mudança que se desenvolvia desde os primeiros anos do século e implicando na percepção, pelas elites intelectualizadas, da indispensabilidade das análises de cunho sociológico. No período, um conjunto de iniciativas governamentais consolida a vinculação da Sociologia à estrutura do sistema nacional de ensino, em especial à formação em nível superior. De acordo com Costa Pinto e Edison Carneiro,<sup>13</sup> os investimentos na institucionalização das ciências sociais resultaram de um entendimento das elites dirigentes quanto à função destas ciências, particularmente da Sociologia, como ferramentas de progresso social, que orientariam a ação e contribuiriam para a integração nacional.

Em abordagem da Sociologia brasileira das décadas de 40, 50 e

---

12 MEUCCI, S. Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, 2000. Ver também CHACON, W. *História das idéias sociológicas no Brasil*, São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1977.

13 COSTA PINTO, L. e CARNEIRO, E. *As Ciências Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro: CAPES, Série Estudos e Ensaio, nº 6, 1955.

60, José de Souza Martins observa que ela desenvolveu uma obra interpretativa da realidade social brasileira, que revela descompassos e contradições, em um país dividido, marcado por uma revolução burguesa inconclusa e restrita. Segundo ele, as análises do período, enraizadas nas singularidades históricas, sociais e culturais da sociedade nacional, criam indagações teóricas e práticas que seguem sendo fundamentais para a pesquisa e a reflexão sociológica da atualidade.<sup>14</sup>

Quanto à educação, ela se convertera em objeto sociológico desde a década de 1930, quando cientistas sociais vinculados ao movimento “Escola Nova”, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, dentre outros, buscaram na Sociologia os fundamentos científicos para a elaboração de reformas e programas de política educacional. Entretanto é na década de 1950, segundo Débora Mazza, que ela conquista o estatuto de objeto de pesquisa empírica, configurando-se um estreitamento da relação entre educação e ciências sociais. Nessa década, no contexto da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960), cresce o interesse por pesquisas sócio-educacionais, ao mesmo tempo em que são deflagradas campanhas de massa exigindo reformas no sistema educacional e defendendo a escola pública. As questões relacionadas à educação vinculavam-se aos movimentos de redemocratização no país e a escola era vista como instrumento de mudança e de consciência social. De acordo com a autora, a Sociologia voltada para a problemática educacional “entreviu uma espécie de processo educativo permanente nas relações sociais em crise”.<sup>15</sup>

Durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, ao apresentar a comunicação “O ensino de Sociologia na escola secundária

---

14 MARTINS, J. S., *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1998.

15 MAZZA, D. “A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação”, in: Rangel, M. L., *Sociologia para educadores*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Quartet, 2002, pp. 97-126.

brasileira”,<sup>16</sup> Florestan Fernandes analisa as possibilidades de introdução da Sociologia nas escolas de ensino médio, a partir de uma reflexão que relaciona o sistema educacional brasileiro às condições sócio-culturais nas quais se insere. De acordo com sua reflexão, o ensino médio de então ocupava uma função auxiliar e dependente no sistema, na medida que se voltava, privilegiadamente, para a preparação dos estudantes com vistas ao seu ingresso nas escolas de nível superior. O autor define-o como um ensino de caráter enciclopédico, meramente aquisitivo e preso à antiga e conservadora mentalidade educacional, distante das necessidades intelectuais da época e incapaz de se converter em instrumento consciente de transformação social. Um sistema contraditório, dominado por práticas e interesses conservadores, cerceadores das tentativas de renovação pedagógica e de enfrentamento das exigências educativas impostas pelas novas condições de existência social. São contradições que se explicam, em grande medida, pelo modo como se organiza a sociedade brasileira, marcada por desigualdades, heterogeneidades e contrastes. Instituições sociais como a família e a igreja seguiam mantendo influência significativa nas atividades educativas, em muitas regiões do país não atingidas pelos efeitos do processo de secularização da vida social e cultural.<sup>17</sup>

Em sua reflexão sobre a viabilidade do ensino de Sociologia nas escolas de nível médio, Florestan Fernandes afirma sua possibilidade e necessidade, ainda que se mantenha a configuração do sistema educacional brasileiro, tal como ele se organizava nos anos 50 do século passado. Entretanto, diz ele, tendo em vista as finalidades formadoras da educação pelas ciências sociais, seria de suma importância que se alterassem a estrutura e as condições do sistema educacional brasileiro,

---

16 Originalmente publicada nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 89-106.

17 FERNANDES, F., “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”, in: op. cit., 1980, pp. 105-125.

no seu modo de funcionamento e na concepção pedagógica dominante. Aos sociólogos, restaria a tarefa e o desafio de intervir nas condições pedagógicas em que se daria o ensino da disciplina, que poderia preparar as novas gerações para o tratamento científico de problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais em um país em formação.<sup>18</sup>

A tarefa e o desafio que, nos anos 1950, Florestan Fernandes remeteu aos sociólogos, permanecem vivos e inacabados nos dias de hoje. Com efeito, em um movimento inverso, verifica-se um progressivo distanciamento dos sociólogos em relação à temática da educação e do ensino da disciplina em particular, como aponta estudo recente.<sup>19</sup> Segundo os autores do estudo, foi entre 1930 e 1960 que o tema apareceu de modo mais freqüente em artigos publicados em revistas especializadas das ciências sociais ou da educação. Após este período, uma bibliografia esparsa, heterogênea e fragmentária tem tratado da questão do ensino de Sociologia no nível médio. Em sua interpretação destes dados, os autores creditam o interesse dos cientistas sociais pelo tema ao processo de institucionalização da Sociologia no Brasil e à sua consolidação como disciplina científica, estreitamente articulados ao ingresso da disciplina no campo escolar.

De fato, como já foi observado, as décadas de 1930, 1940 e 1950 marcaram o reconhecimento da Sociologia e das demais ciências sociais como conhecimento especializado, que conquistava um lugar institucional e se vinculava de modo mais efetivo ao sistema educacional nacional. No período posterior, dizem os autores, “a expansão e a consolidação dessas ciências, no Brasil, não possui

---

18 FERNANDES, F., op. cit., 1980, pp. 111-118.

19 SILVA, I. et al., “O ensino de Ciências Sociais : mapeamento do debate em periódicos das ciências sociais e da educação de 1940-2001”. *Anais do XII Congresso Nacional de Sociólogos*, Curitiba, 1 a 4 de abril. Resumo (texto integral mimeo). Citado por MORAES, A., “Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 15 (1): 5-20, maio de 2003.



vínculos com a institucionalização no campo escolar”.<sup>20</sup>

Ao mesmo tempo, a própria problemática do processo educacional, analisado sob o ponto de vista de suas vinculações societárias, perde espaço na reflexão e na pesquisa sociológica. Segundo dados apresentados por Amaury Moraes, o tema “ensino de Sociologia” é inexistente nas teses e dissertações referidas à educação, defendidas nos programas de pós-graduação das ciências sociais na USP, entre 1945 e 1996. O autor comenta que a Faculdade de Educação passou a contratar seus próprios professores de Sociologia da educação, disciplina antes oferecida pelo Departamento de Sociologia da USP.<sup>21</sup>

O crescente distanciamento dos sociólogos em relação ao objeto “educação”, nas últimas décadas, pode ser explicado, como sugerem Ilieizi Silva *et al.*, pela estreita vinculação entre a institucionalização da Sociologia e sua aplicação no campo escolar. Mas, certamente, esta é apenas uma dimensão da problemática. É possível supor que o afastamento da Sociologia da grade curricular obrigatória dos cursos de nível médio, nos mais de 40 anos que vão desde a Reforma Capanema (1942), durante o Estado Novo, até a primeira metade da década de 1980, quando a sociedade brasileira lutava contra a ditadura militar, tenha sido um outro fator importante deste distanciamento gradual. Durante este longo período, a Sociologia não se constituiu em objeto de propostas programáticas ou de elaboração de livros didáticos voltados para as escolas e, ainda hoje, mantém presença intermitente no sistema de ensino de nível médio.

As reformas educacionais implementadas pelos governos militares, após 1964, estimularam o controle privado da escola pública e estabeleceram a profissionalização compulsória e universal, induzindo a transformação do ensino médio em ensino profissionalizante, com a

---

20 SILVA, I. et al., op. cit., in: MORAES, A., op. cit., p. 9.

21 MORAES, A., op. cit., p. 9.

finalidade de formar força de trabalho técnica no período denominado de “milagre brasileiro”. Ao mesmo tempo, permitiram uma maior dissociação entre licenciatura e bacharelado nas universidades, empobrecendo a formação de professores para o ensino básico.<sup>22</sup> Quanto ao ensino de Sociologia, a disciplina, dentre outras humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes, figurava como optativa nos currículos do curso colegial. A disciplina obrigatória “organização social e política brasileira” incorporava e difundia nas escolas as concepções conservadoras de sociedade, de nação e de modernidade defendidas pelos ideólogos do regime militar, que visou impedir a “transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada”.<sup>23</sup>

Como nos anos que se sucederam ao Estado Novo, os debates sobre o retorno da Sociologia à grade curricular obrigatória dos cursos de nível médio intensificam-se nos anos finais da ditadura militar, quando se reorganiza o movimento estudantil, ressurgem a luta sindical e aparecem em cena novos movimentos sociais.<sup>24</sup> Diversas entidades de classe manifestam-se contra a desvalorização do ensino de Ciências Sociais nas escolas. Paulo Meksenas cita a mobilização em São Paulo, liderada pela Associação dos Sociólogos (ASESP), que organizou o “dia estadual de luta pela volta da Sociologia ao 2º grau”, em 27 de outubro de 1983, quando foi entregue à Secretaria de Educação do Estado um documento reivindicativo, defendendo a importância da Sociologia para a formação do jovem cidadão.<sup>25</sup>

---

22 Na USP, a desintegração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em várias faculdades, institutos e escolas, após a Reforma Universitária de 1969, criou a Faculdade de Educação e fragmentou os cursos de bacharelado e licenciatura: um voltado para a formação de pesquisadores, outro para a de professores. MORAES, A., op. cit.

23 FERNÁNDES, F. *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo: Hucitec, 1981.

24 A respeito dos movimentos sociais em São Paulo, entre 1970 e 1980, ver SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

25 MEKSENAS, P. *Sociologia*, 2ª. ed. revista e aumentada, São Paulo: Cortez, 1994, p. 18.

A Lei nº 7.044/82 revogava a profissionalização compulsória do ensino no segundo grau, no contexto de crise do “milagre brasileiro”, e a Resolução SE nº 236/83, no Estado de São Paulo, permitia a inclusão da Sociologia na parte diversificada da grade curricular do ensino secundário. Segundo Celso Machado,<sup>26</sup> em 1985 aproximadamente 25% das escolas de nível médio, em São Paulo, haviam incorporado a disciplina. Todavia, em seminários e fóruns realizados após a Lei nº 7.044, constatava-se a escassez de material didático e a indefinição dos conteúdos programáticos relativos à Sociologia. Neste sentido, a mobilização dos setores vinculados à luta pela consolidação da Sociologia nos currículos das escolas incorporou temáticas como a necessidade de cursos de atualização para os professores da disciplina e de concurso público para o cargo de professor de Sociologia, realizados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo entre 1984 e 1986.

27

Em pesquisa realizada na região de Marília (SP) sobre o ensino de Sociologia nas escolas de 2º grau, que abrange o período de 1984 e 1993, Sebastião Chammé e Yoshiko Mott constatam um aumento em aproximadamente 50% no número de escolas que incluem em seus currículos a disciplina. Entretanto, um conjunto de condições desfavoráveis à sua efetivação na grade curricular é apontado pelos autores, que se referem a problemas estruturais do sistema educacional brasileiro e a dificuldades advindas da situação específica da Sociologia no campo escolar. Segundo eles, a desvalorização da disciplina e do profissional especializado na ciência social, consequência de décadas de intermitência na presença da Sociologia no ensino médio, é reforçada pelo “quadro desolador de marginalidade em que se encontra a

---

26 MACHADO, C. “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar”, *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo: FEUSP, 13 (1): 115-148, jan./jun. 1987.

27 MEKSENAS, P., op. cit.

população brasileira em relação ao processo educativo excludente e expulsivo, no qual apenas a pequena parcela que se manteve no processo de escolaridade, ou que a ele retornou, chega a freqüentar o 2º grau”.<sup>28</sup>

Interdisciplinaridade e contextualização, ao lado dos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, são elementos estruturadores da proposta curricular para o Ensino Médio, consubstanciada na citada Resolução CNE/CEB nº 03/98. A proposta, que integra a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), proclama a necessidade de uma formação humana que responda às exigências do “novo capitalismo flexível” e da “sociedade do conhecimento”. Afinada com discursos e conceitos empresariais que destacam a necessidade de força de trabalho polivalente, apta a atuar na nova base técnica criada pela atual reestruturação produtiva do capital, a proposta defende um ensino que promova o acesso articulado aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, integrando formação geral e preparação para o trabalho.

Na atualidade, a mundialização financeira e os novos padrões de dominação de classe que, sob o predomínio neoliberal, buscam recriar em novas bases as condições da expansão capitalista, transformam todas as esferas da sociabilidade em espaços do capital. Todo o modo de vida e de trabalho deve ser condicionado, organizado e determinado segundo a dinâmica do mercado e da iniciativa privada. O culto do individualismo, da “competitividade”, da “excelência”, da “eficácia” invade o dia-a-dia de pessoas e coletividades nas mais longínquas localidades do mundo. A dimensão regressiva e os custos sociais e

---

28 CHAMMÉ, S. e MOTT, Y., “A realidade do ensino de sociologia no 2º grau: inovações e continuidades”, in: M. A. Bicudo e M. Bernardo (orgs.), *Núcleos de ensino: um projeto de educação continuada*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996. Apud: MENDONÇA, S. “Licenciatura em Ciências Sociais e Núcleo de Ensino/Unesp: trabalho diferenciado na formação de professores de Sociologia”, *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Campinas: Unicamp, setembro, 2003.

políticos deste projeto de sociabilidade concretizam-se, para milhões de pessoas em todo o globo, no desemprego estrutural, na queda dos rendimentos do trabalho assalariado, na eliminação de conquistas sociais, no ataque a direitos democráticos.

Em face dessa realidade social, na qual se espera do comportamento humano que seja “flexível”, isto é, adaptável à inovação incessante, como diz Richard Sennett<sup>29</sup> ao analisar as conseqüências do capitalismo contemporâneo sobre a vida cotidiana, novos dilemas e embates polarizam a discussão em torno do campo educativo. Trata-se de diferentes concepções sobre os processos educativos e de formação humana, as quais se desenvolvem no quadro de uma disputa hegemônica entre grupos e classes sociais que buscam responder às novas exigências de valorização do capital ou às necessidades das classes trabalhadoras. Este o contexto no qual se insere a política educacional do governo FHC.

Uma análise rápida da proposta governamental provavelmente indicaria a superação, em um breve espaço de tempo, do processo de exclusão e de dualidade estrutural que marcam historicamente a sociedade brasileira e o sistema educacional. Entretanto, lembrando Florestan Fernandes quando, ao refletir sobre as possibilidades do ensino de Sociologia nas escolas de nível médio, afirmou que ele seria infrutífero sem uma mudança mais geral na própria estrutura do sistema educacional brasileiro, pode-se afirmar que as condições atuais do sistema não favorecem uma mudança radical nas suas condições de funcionamento e na sua concepção pedagógica.<sup>30</sup>

Quanto à disciplina de Sociologia, a definição do lugar da

---

29 SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita, 4ª. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

30 Um tratamento crítico da atual reforma do Ensino Médio encontra-se em KUENZER, A. “O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito”, *Educação & Sociedade*, ano XXI, n° 70. Campinas: Unicamp, abril, 2000.

Sociologia nos currículos das escolas de nível médio tem ficado a cargo dos Estados. Leis estaduais ou recomendações das secretarias estaduais de educação tem firmado a adoção da disciplina como obrigatória em ao menos uma série/ano do Ensino Médio, em alguns Estados, dentre os quais Santa Catarina, a partir da promulgação da lei estadual nº LC 173/98 (Art. 1º), resultado da mobilização de educadores do Estado por uma formação humana mais qualificada para a crítica e a participação social.

### **3. A presença disciplinar da Sociologia em Santa Catarina**

Desde o início dos anos 1980, no contexto das lutas pela queda da ditadura militar, desenvolveu-se no país um movimento de discussão educacional que reivindicava a organização de uma educação pública democrática de âmbito nacional e defendia uma nova perspectiva curricular, inspirada na concepção sócio-histórica de aprendizagem. Em Santa Catarina, uma das expressões desse movimento foi a Proposta Curricular de Santa Catarina, cuja primeira versão, sistematizada em 1991, foi resultante de discussões e estudos coordenados pela Secretaria de Educação do Estado entre 1988 e 1991.<sup>31</sup>

Uma segunda versão dessa proposta seria elaborada em 1997, em meio às discussões em torno das novas bases e diretrizes da educação nacional, após a promulgação da Lei nº 9394/96. Partindo dos mesmos fundamentos teórico-práticos da proposta anterior, no que concerne a concepção de homem (que homem se quer formar, para construir que tipo de vida social) e concepção de aprendizagem (como compreender a relação entre o homem e o conhecimento), a proposta parte do pressuposto de que o ser humano é social e histórico. Ao mesmo tempo, afirma o conhecimento produzido ao longo da história humana como “patrimônio coletivo”, que deve ser socializado e universalmente

---

31 Secretaria de Estado de Educação/SC. *Proposta curricular: uma contribuição para a escola pública do pre-escolar, 1º e 2º graus e educação de adultos*. Florianópolis: SEE/SC, 1991.

garantido.<sup>32</sup>

Em sua proposta programática para o ensino de Sociologia e Sociologia da Educação, o texto apresenta sua concepção norteadora do seguinte modo:

Colocamos como desafio trabalhar nesta proposta o currículo fundamentado a partir da concepção dialética do materialismo histórico, o que significa considerar e explicitar a teoria e a prática a partir das condições sociais objetivas, concretas, reais do conhecimento científico produzido e legitimado pela humanidade, num movimento constante entre homem e sociedade, o que se contrapõe a uma escola que trabalhe com conhecimentos estanques, fragmentados, a-históricos.

[...] encaminhamo-nos na direção de uma sociologia interacionista, que se propõe a não perder de vista, na observação, no estudo e na elaboração da compreensão do fenômeno social, e na intervenção social, a interação entre três elementos fundamentais: o agente social concreto (o ser humano); o grupo/instituição dentro do qual as relações sociais se dão; o sistema social amplo, a totalidade social, da qual as instituições são manifestações e com a qual o ser humano mantém interações vivas, dinâmicas e inter-relacionadas.<sup>33</sup>

Na nova proposta, a estruturação dos conteúdos da disciplina Sociologia Geral, para a 2ª série do Ensino Médio, articula-se em torno de dois blocos: o bloco A, que trata do surgimento do pensamento sociológico e de duas das matrizes teóricas clássicas da Sociologia, a partir dos estudos sobre as concepções de Karl Marx e Émile Durkheim; e o bloco B, abordando quatro temas considerados fundamentais para a compreensão da sociedade capitalista: a estrutura da sociedade; a divisão do trabalho na sociedade de classe; classes sociais e Estado;

---

32 HENTZ, P. "Eixos norteadores da proposta curricular", in: *Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio*. Florianópolis: COGEN, 1998, p. 12-4.

33 "Proposta programática do ensino de sociologia e sociologia da educação", in: *Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio*, op. cit., p. 48-9.

movimentos sociais - formas de organização da sociedade. Considerações metodológicas detalhadas acompanham a proposta programática, assinalando os elos entre conteúdos, objetivos e métodos de ensino, tendo como pressuposto do processo de ensino-aprendizagem o “professor como mediador das interações práticas-teóricas-práticas...”.

A proposta curricular resultou de um trabalho coletivo, do qual participaram inicialmente a equipe pedagógica da Diretoria de Ensino Médio/SED e professores de Sociologia e Sociologia da Educação da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina, participantes de cursos de capacitação ocorridos em 1997. Nestes cursos, a partir de uma leitura crítica da proposta curricular de 1991 e da análise das práticas docentes e das condições de trabalho dos professores participantes, foram discutidas as linhas básicas da nova proposta e encaminhadas reivindicações dos professores, relativas a situações de trabalho adequadas para a implementação da proposta. Em seu prosseguimento, o trabalho foi desenvolvido por um sub-grupo dos professores participantes dos cursos de capacitação, junto ao Grupo Multidisciplinar da Secretaria de Estado da Educação, constituído para elaboração da nova versão da proposta, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heloísa D. Penteado, consultora do projeto.

A participação de professores das diversas regiões do Estado no processo de discussão da nova versão e o levantamento e análise de suas situações concretas de trabalho permitiu que um diagnóstico inicial da realidade escolar subsidiasse a elaboração da nova versão. Carências formativas e de materiais didáticos, super lotação nas salas de aula, condições de trabalho inadequadas, alta rotatividade de professores, desvalorização profissional, falta de discussões pedagógicas e de projeto político pedagógico foram alguns dos problemas elencados pelos professores, enfrentados no seu dia-a-dia de trabalho nas escolas.



Tais problemas, que historicamente marcam a educação básica brasileira, somam-se a dificuldades decorrentes da frágil presença disciplinar da Sociologia no Ensino Médio, em Santa Catarina. A ausência de tradição de trabalho com o ensino da Sociologia nas escolas e o desconhecimento da comunidade escolar sobre o sentido e a finalidade da disciplina na grade curricular, obstaculizam a criação e a consolidação de espaços de reflexão sociológica que promovam mediações significativas entre os estudantes e o conhecimento científico da vida social.

Essa ainda frágil presença disciplinar da Sociologia nas escolas catarinenses revela-se também nas debilidades formativas dos seus professores. Apesar da medida que tornou obrigatória sua adoção na grade curricular do Ensino Médio, indutora de processos de melhoria da formação docente, muitos professores da disciplina não tem formação em Ciências Sociais. É ilustrativo o exemplo dos professores de Sociologia e Sociologia da Educação participantes das discussões sobre a nova versão da proposta curricular de Santa Catarina. Dos setenta docentes presentes, apenas seis tinham formação específica em Ciências Sociais, enquanto os demais eram formados em Pedagogia, Filosofia ou Geografia.

Dados da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (Santa Catarina) informam que existiam cerca de 40 professores de Sociologia da rede pública estadual na Grande Florianópolis, em 2003. Embora esses professores trabalhem todos em escolas públicas, eles se diferenciam no que se refere aos seus contratos de trabalho e a formação profissional. Mais de 50% desses docentes vinculavam-se ao mundo escolar com estatuto precário, contratados provisoriamente não somente para substituir titulares em afastamentos para formação continuada, doença, maternidade, mas também para ocupar postos de trabalho vagos. Ao mesmo tempo, aproximadamente 32% destes

professores não tinham formação em Ciências Sociais.

Dessa forma, considerando a frágil e intermitente presença disciplinar da Sociologia, mesmo após sua inclusão como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Médio em Santa Catarina, a pesquisa buscará responder:

- Como se realiza o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio da Grande Florianópolis? Quais conteúdos programáticos vem sendo selecionados e que materiais e recursos didáticos tem sido utilizados nas salas de aula? Qual a carga horária da disciplina nas escolas?
- Em que medida os professores de Sociologia no Ensino Médio, com diferentes estatutos profissionais, encontram-se submetidos ao movimento contemporâneo de racionalização que afeta os modos de gestão e a divisão social e técnica do trabalho? Qual seu regime de trabalho e sua formação?
- Qual o perfil sócio-econômico dos alunos e qual seu comportamento em relação à disciplina de Sociologia?

### III - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para desenvolver a análise, será adotada uma perspectiva metodológica centrada em uma abordagem comparativa entre o período anterior à incorporação da Sociologia como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio em Santa Catarina e o posterior, abrangendo o estudo um período de 10 anos, compreendido entre 1996 e 2006.

Os procedimentos de pesquisa seguirão a seguinte sistemática:

- Pesquisa bibliográfica sobre o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio e a formação do professor.
- Pesquisa documental e observação em instituições escolares da rede pública estadual da Grande Florianópolis para levantar as seguintes informações:
  1. Condições espaciais e materiais, recursos e equipamentos didáticos disponíveis, índices de repetência e evasão escolar.
  2. Concepção que fundamenta o Projeto Político Pedagógico das escolas e sua realização no cotidiano escolar.
  3. O processo de recrutamento e seleção de professores, a organização do trabalho, os dispositivos de gestão do trabalho, as condições de trabalho, as relações entre professores, as atividades de trabalho, o perfil sócio-econômico dos professores.
  4. O perfil sócio-econômico e cultural dos alunos- onde vivem, renda familiar, nível de escolaridade dos pais, hábitos, domínio de conhecimentos e habilidades, atividades que realizam fora da escola etc.
  5. Como é pensado e como se realiza o ensino de Sociologia nas escolas.
- Entrevistas semi-estruturadas com a direção administrativa e pedagógica das escolas e os professores de Sociologia.

- Questionários aplicados aos alunos da disciplina, com o objetivo de captar suas impressões e experiências relativas às aulas e atividades desenvolvidas.

#### IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	2005	2006		2007	
	2º. sem	1º. sem	2º. sem	1º. sem	2º. sem
Pesquisa bibliográfica, estatística documental e	X	X			
Entrevistas		X	X		
Questionários		X	X		
Organização do Banco de Dados			X	X	
Elaboração de relatório				X	X
Redação de artigos e comunicações				X	X

## V - BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª. ed., São Paulo: Boitempo, 2000.

BERGER, P., *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*, trad. D. Garschagen, Petrópolis: Vozes, 1972.

BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (orgs.), *História da análise sociológica*, trad. W. Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRASIL.MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*, Brasília: MEC, 1999.

BRENNER, R. "A Crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?". *Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, nº 3, São Paulo: Xamã, 1999.

CHACON, W. *História das idéias sociológicas no Brasil*, São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1977.

CHAMMÉ, S. e MOTT, Y., "A realidade do ensino de sociologia no 2º grau: inovações e continuidades", in: M. A. Bicudo e M. Bernardo (orgs.), *Núcleos de ensino: um projeto de educação continuada*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

COSTA PINTO, L. A. e CARNEIRO, E. *As ciências sociais no Brasil*, Rio de Janeiro: CAPES, Série Estudos e Ensaio, nº 6, 1955.

CUNHA, L. A., "Educação e sociedade no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro: ANPOCS, nº 11, 1981.

FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, 2ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo: Hucitec, 1981.

FERNANDES, F., "A herança intelectual da sociologia", in: M. Foracchi e J. S. Martins, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*, 21ª. ed., Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2000.

FERNANDES, F., "Funções das ciências sociais no mundo moderno", in: L. Pereira e M. Foracchi, *Educação e sociedade*, 9ª. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978.

HENTZ, P. "Eixos norteadores da proposta curricular", in: *Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental*,

Ensino Médio. Florianópolis: COGEN, 1998, p. 12-14.

HOBBSAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, trad. M. Santarrita; revisão técnica M. C. Paoli. 2ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, O., "A sociologia numa época de globalismo", in: L. Ferreira (org.), *A sociologia no horizonte do século XXI*, São Paulo: Boitempo, 1997.

IANNI, O., "Sociologia do futuro". *Primeira Versão*, nº 100, Campinas: IFCH/Unicamp, 2001.

KUENZER, A. "O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito", *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70. Campinas: Unicamp, abril, 2000.

MACHADO, O., O ensino de ciências sociais no nível médio. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTINS, J. S., *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1998.

MAZZA, D. "A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação", in: Rangel, M. L., *Sociologia para educadores*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MEKSENAS, P. *Sociologia*, 2ª. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 1994.

MENDONÇA, S. "Licenciatura em Ciências Sociais e Núcleo de Ensino/Unesp: trabalho diferenciado na formação de professores de Sociologia", *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Campinas: Unicamp, setembro, 2003.

MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*. London: Merlin Press, 1995.

MEUCCI, S. Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, 2000.

MORAES, A., "Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 15 (1): 5-20, maio de 2003.

ORTIZ, R., "Durkheim: arquiteto e herói fundador", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 11, vol. 4, outubro de 1989.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/SC. *Proposta curricular: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º e 2º graus e educação de adultos*. Florianópolis: SEE/SC, 1991.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/SC *Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita, 4ª. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, I. et al., "O ensino de ciências sociais: mapeamento do debate em periódicos das ciências sociais e da educação de 1940-2001". Curitiba, *Anais do XII Congresso Nacional de Sociólogos*, 2002.

SOUZA, F. "Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, em Santa Catarina", in: *Mosaico Social: revista do curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC*, ano 2, nº 2. Florianópolis: UFSC, dez., 2004.

TEIXEIRA, F. "Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?", in: F. Teixeira e M. Oliveira (orgs.), *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.